



Transnacionalismo e territorialidade nos movimentos agrários sul-sul

Transnationalism and territoriality in south-south agrarian movements

Transnacionalismo y territorialidad en los movimientos agrarios sur-sur

Carolina Milhorange*

Resumo

A partir de uma análise das redes transnacionais de ativismo sul-sul, este artigo discute como a oposição à expansão do agronegócio brasileiro toma diferentes formas nos territórios em que se localiza. A campanha contrária ao Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento Agrícola das Savanas Tropicais em Moçambique (ProSavana) é tomada como estudo de caso para se examinar e qualificar aspectos tanto simbólicos quanto materiais relacionados ao ativismo transnacional. Argumenta-se que a mobilização contrária ao programa ocorreu, em grande medida, de forma desconectada dos contextos político-econômicos dos territórios afetados.

Palavras-chave: Brasil; Moçambique; redes transnacionais de ativistas; cooperação sul-sul; difusão de políticas; territorialização.

Abstract

Based on an analysis of the transnational networks of South-South activism, this article discusses how the opposition to the expansion of Brazilian agribusiness takes different forms in the territories in which it is located. The campaign against the Triangular Cooperation Program for Agricultural Development of the Tropical Savannas in Mozambique (ProSavana) is taken as a case study to examine and qualify both symbolic and material aspects related to transnational activism. It is argued that the mobilization contrary to the program occurred, to a great extent, in a decoupled way from the political-economic contexts of the affected territories.

Keywords: Brazil; Mozambique; transnational networks of activists; south-south cooperation; policy diffusion; territorialization.

Resumen

A partir de un análisis de las redes transnacionales de activismo sur-sur, este artículo discute cómo la oposición a la expansión del agronegocio brasileño toma diferentes formas en los territorios en que se ubica. La campaña contraria al Programa de Cooperación Triangular para el Desarrollo

* PhD, Paris Saclay University / University of Brasilia. Correo electrónico: carolina.mcastro@cirad.fr

Agrícola de las Savanas Tropicales en Mozambique (ProSavana) es tomada como estudio de caso para examinar y calificar aspectos tanto simbólicos como materiales relacionados al activismo transnacional. Se argumenta que la movilización contraria al programa ocurrió, en gran medida, de forma desacoplada de los contextos político-económicos de los territorios en cuestión.

Palabras clave: Brasil, Mozambique; redes transnacionales de activistas; cooperación sur-sur; difusión de políticas; territorialización

Introdução

Um movimento de projeção internacional do Estado e do capital brasileiros aprofundou-se no final dos anos 2000, com base na lógica das relações sul-sul. Este movimento foi acompanhado pela formação de redes transnacionais de ativismo, críticas da forma e do conteúdo destas interações (Milhorance and Bursztyń 2017). A campanha contrária ao Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento Agrícola das Savanas Tropicais em Moçambique (ProSavana) foi a mais emblemática, tendo sido acompanhada por análises com foco principalmente nos aspectos discursivos orientadores das dinâmicas da mobilização (Shankland and Gonçalves 2016a)

. No entanto, ainda há espaço para uma análise focada na materialidade e na territorialização destes movimentos transnacionais.

Como lembram Siméant et al (2015), mesmo na área do ativismo transnacional, as práticas e as estratégias locais importam; ou seja, toda atividade política (mesmo internacional) é localizada. Assim como os autores, busca-se neste artigo examinar e qualificar os aspectos não apenas simbólicos, mas sobretudo materiais relacionado ao ativismo transnacional. O foco em um caso norte-sul-sul traz elementos adicionais ao debate e permite identificar linhas divisórias dentro dos movimentos transnacionais, ressaltando as divergências não apenas entre Norte e Sul, mas também entre os diferentes espaços do Sul. Discute-se como a oposição à expansão do capitalismo agrário toma diferentes formas nos territórios em que se localizam.

Dessa forma, a partir de entrevistas com atores institucionais, representantes de ONGs, de movimentos sociais e de associações de produtores rurais entre 2013 e 2015, buscou-se examinar a mobilização diante do projeto de expansão do agronegócio brasileiro em diferentes territórios da região norte de Moçambique. A primeira seção traz aspectos contextuais sobre o programa de cooperação trilateral e sobre os investimentos agrícolas em Moçambique. A segunda seção descreve os primeiros passos do processo de mobilização e de articulação entre atores sociais brasileiros e moçambicanos. Por fim, a terceira seção examina a evolução do processo de mobilização quando este chega às províncias da região norte do país.

Contexto do prosavana e dos investimentos agrícolas em Moçambique

Nos anos 2000, a experiência brasileira de modernização agrícola e redução da fome e da pobreza rural atraiu a atenção da comunidade internacional, particularmente após a crise alimentar de 2007-2008 (Pierri 2013). Tal interesse aprofundou-se em decorrência dos esforços diplomáticos para promover a cooperação, o comércio e os investimentos com parceiros do Sul (Milhorange 2014). Um fator significativo da credibilidade internacional do Brasil baseava-se, portanto, na capacidade do país em atuar como modelo de desenvolvimento; e o fortalecimento das relações com a América Latina e a África tornou-se o principal símbolo de seus interesses estratégicos (Hirst 2010).

O programa ProSavana, uma cooperação triangular entre os governos do Japão, Brasil e Moçambique, representava a maior iniciativa do portfólio da Agência Brasileira de Cooperação no fim dos anos 2000 (Nogueira and Ollinaho 2013). A iniciativa foi lançada em 2009 como o objetivo de “melhorar e modernizar a agricultura a partir do aumento da produtividade e da produção, e da diversificação da produção agrícola” (ProSavana Website, 2013). Considerada uma prioridade política pelo ministro da agricultura de Moçambique, a iniciativa apontou o corredor de Nacala, na região norte do país, para sua implementação (Figura 1). O programa baseava-se em três componentes: i) aumento da capacidade de pesquisa agrícola (ProSavana-PI); ii) elaboração do plano diretor do corredor de Nacala (ProSavana-PD); e iii) promoção da agricultura por contrato e da assistência técnica para os pequenos agricultores (ProSavana-PEM) (ProSavana Website 2013).

Do ponto de vista dos investimentos, o ProSavana buscava implementar uma estratégia integrada que incluía: i) acesso à infraestrutura logística desenvolvida pela empresa brasileira de mineração, Vale, para o transporte de produtos agrícolas; ii) segurança institucional característica de uma iniciativa de cooperação intergovernamental; iii) pesquisa em agricultura tropical, com objetivo de adaptar as variedades brasileiras à savana moçambicana pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); iv) acesso a mercados domésticos e internacionais; e v) perspectiva de estabelecimento de um mecanismo de financiamento dos investimentos (o Fundo Nacala).

Como veremos a seguir, o programa enfrentou intensa crítica de ONGs e movimentos sociais brasileiros e moçambicanos. Sua principal controvérsia foi a declarada tentativa de replicar o modelo do Programa brasileiro de Desenvolvimento do Cerrado (Prodecer), implementado na região central do país nos anos 1970. Com apoio do governo japonês, o Prodecer visava consolidar o desenvolvimento agrícola com base na produção de culturas comerciais, na mecanização, e na promoção das exportações. Diante da oposição à replicação do modelo, os encarregados do ProSavana buscaram

separar as duas iniciativas. No entanto, esta associação havia sido formulada desde as fases iniciais do programa (CCIJB 2011, Nishimori e o ProSavana 2012, Canal Terraviva entrevista Cleber Guarany 2013, FGV Projetos 2014).

Segundo as palavras de um diplomata brasileiro em Moçambique, “a tentativa era adaptar o Prodecer, incluindo o agronegócio e a agricultura familiar. Os atores privados [tinham] interesse nas terras férteis em Moçambique”. No entanto, para os representantes de movimentos sociais moçambicanos críticos do programa, a experiência do Prodecer teria sido “caótica para as comunidades e para o meio ambiente no Brasil”. Com isso, grande parte da oposição – tanto ativista quanto acadêmica – foi formulada com base nos impactos conhecidos do Prodecer e da expansão do agronegócio no cerrado brasileiro; e não nos reais impactos do ProSavana ou nos efeitos conhecidos dos investimentos estrangeiros na agricultura em Moçambique .

Vale, no entanto, notar que as políticas públicas recentes em Moçambique estiveram fortemente orientadas para a promoção de investimentos estrangeiros nos setores extrativos e agrícola, denominado por analistas moçambicanos de “mega-projetos” extrativos (Castel-Branco 2010). Além disso, estratégias voltadas para a consolidação de corredores de desenvolvimento eram promovidas não apenas no âmbito nacional, mas também regional, como um meio de estruturar complexos agroindustriais, integrar mercados regionais, promover investimentos e estabelecer infraestruturas (Kaarhus 2011). O próprio corredor de Nacala fazia parte de um projeto de integração logística entre Moçambique, Malawi e Zâmbia, financiada pelo Banco Africano de Desenvolvimento, o Exim Bank sul-coreano e a Jica. Por fim, os investimentos estrangeiros no setor agrícola cresceram fortemente após a crise alimentar de 2007-2008 (FAO 2012). De acordo com Anseeuw et al. (2012), o interesse dos investidores foi estimulado pelo aumento nos preços agrícolas; porém esta “corrida por terras” enfrentou importantes desafios para se materializar.

Em Moçambique, os investimentos intensivos em terra e os projetos internacionais de apoio à modernização agrícola já eram uma realidade desde o início dos processos de abertura econômica do país nos anos 1990. No entanto, muitas iniciativas não se mostraram viáveis diante dos sistemas de preços, altos custos de capital, de transação e de implementação, além das dificuldades técnicas e institucionais encontradas (Boche 2015). Dessa forma, o ProSavana era parte de uma tendência maior de aumento dos investimentos agrícolas em Moçambique e em outros países do continente africano. Os novos projetos encontravam projetos já estabelecidos de produção de culturas comerciais, como a soja estabelecida desde os anos 1980 na região de Gúrue (província da Zambézia). Em sua maioria, os projetos agrícolas eram apoiados por doadores internacionais (Clusa, Technoserve, Fundação Gates, Noruega, Suíça, Usaid e IITA) (Hanlon and Smart 2012).

Como na proposta do ProSavana, a produção baseava-se em contratos com agricultores emergentes locais, o que gerou em muitos casos aumento das desigualdades de renda entre os produtores (Smart and Hanlon 2014). As iniciativas mais inclusivas foram aquelas que receberam apoio de projetos de desenvolvimento (como cadastro de terras, distribuição de insumos e acesso a crédito, fortalecimento das associações de produtores) anterior à chegada dos investidores (Boche 2015). Além destes desafios, entrevistas com atores locais ao longo do corredor confirmaram uma série de conflitos entre empresas e comunidades rurais (Figura 1). Estes, no entanto, não chegaram a ser denunciados pelas campanhas da sociedade civil, que permaneceram focalizadas sobre o ProSavana e as iniciativas brasileiras.

Por fim, diversas iniciativas financiadas por doadores internacionais estavam promovendo o agronegócio, a agricultura por contrato, e culturas comerciais no corredor de Nacala. Alguns exemplos incluem o Fundo de Investimentos Norueguês (Norfund) e a Fundação Malonda (apoiada pelo governo sueco), a Nova Aliança do G8 para a Segurança Alimentar e Nutricional, o Programa de Promoção dos Mercados Rurais (Promer), e o programa da Usaid de Promoção de Competitividade do Agronegócio (Feed the Future). Um grande número de investidores sul-africanos e zimbabuanos também aumentaram seus investimentos no corredor após as reformas das políticas agrárias em seus respectivos países (Boche and Anseeuw 2013).

Assim, as estratégias de acumulação e de redução da pobreza em Moçambique foram, em grande medida, direcionados para os objetivos de modernização agrícola, de promoção dos investimentos estrangeiros e de consolidação de uma economia extrativa. As tendências regionais de promoção dos corredores de desenvolvimento também contribuíram para a consolidação de instrumentos políticos favoráveis a estes objetivos. Neste contexto, as elites administrativas de Moçambique mostraram-se particularmente receptivas às iniciativas de cooperação técnica e econômica propostas pelo ProSavana. No entanto, este modelo foi severamente criticado por uma série de atores da sociedade civil organizada moçambicana e internacional. As próximas seções examinam o processo de mobilização nas diferentes regiões afetadas pelo programa. Argumenta-se que o processo de engajamento transnacional crítico do ProSavana, e sobretudo dos riscos da generalização do capitalismo agrário, ocorreu em grande medida desacoplado dos contextos políticos e materiais dos territórios em questão.

Formação de uma rede sul-sul de ativistas

Um grupo heterogêneo de organizações formou uma rede informal de mobilização contrária ao ProSavana. A partir de 2012, esta rede atuou por meio de campanhas midiáticas, buscando atrair a atenção internacional para os riscos causados pelos investimentos agrícolas, principalmente brasileiros, às populações camponesas. Ao denunciar um processo de apropriação de terras por investidores internacionais, um fenômeno que recebeu grande atenção a partir do final dos anos 2000 (Boche and Anseeuw 2013), as primeiras campanhas de oposição buscaram associar o ProSavana ao modelo de desenvolvimento do cerrado brasileiro. O poder simbólico deste modelo referia-se às disputas históricas por recursos públicos e por terras vividas pelas populações rurais da região central do Brasil. Como mencionado por Shankland e Gonçalves (2016), a utilização pelos atores das ONGs e movimentos sociais brasileiros e moçambicanos de artefatos gráficos e audiovisuais de fácil comunicação foi fundamental para a construção e disseminação de um “imaginário político” associando a savana ao cerrado, útil ao fortalecimento da mobilização.

Em 2011, foi publicado em um jornal de grande circulação no Brasil: “Moçambique oferece terra à soja brasileira” (Folha de São Paulo 2011). O artigo citava o Ministro da Agricultura de Moçambique afirmando que a experiência dos agricultores brasileiros seria bem vinda, uma vez que o país gostaria de replicar o que foi feito no cerrado brasileiro nos anos 1970. As reações a estas afirmações foram rápidas. A União moçambicana dos camponeses (UNAC), por exemplo, pronunciou-se oficialmente contra o ProSavana, afirmando que este demandava “milhões de hectares de terra ao longo do Corredor de Nacala” e previa a “vinda em massa de agricultores brasileiros”, além de uma série de impactos: “o surgimento de comunidades sem terra em Moçambique (...); frequentes convulsões sociais (...); empobrecimento das comunidades rurais (...); aumento da corrupção e de conflitos de interesse (...); poluição dos recursos hídricos (...); desequilíbrio ecológico (Unac 2012).

Estas declarações foram acompanhadas por campanhas midiáticas em diferentes idiomas, afirmando que o “mega-projeto brasileiro [estava] destinado a deslocar milhões de camponeses” (GRAIN et al. 2012). Os artigos afirmavam, antes mesmo do início do programa, que os deslocamentos de agricultores estavam em curso. Pesquisadores também contribuíram para listar os paralelos entre o ProSavana e o Prodecer, contribuindo para a difusão de informações críticas sobre a iniciativa (Clements et al. 2012, Unac 2012, Durán and Chichava 2013, Ferrando 2013, Funada-Classen 2013, 2013, Garcia et al. 2013, Schlesinger 2013). Como relatado por um representante de uma ONG moçambicana.

“O assunto do ProSavana apareceu quando começamos a observar as primeiras visitas oficiais em que se oferecia terra. Primeiro o ministro da Agricultura disse que havia terra disponível em Moçambique. Depois ele foi ao Brasil e disse que a terra em Moçambique era barata e que haveria incentivos fiscais. O objetivo era desenvolver o Prodecer no corredor de Nacala. Mas os governos provinciais nem foram informados. Foi quando resolvemos investigar” .

A mobilização se intensificou num cenário de falta de transparência na formulação do ProSavana, principalmente seu Plano Diretor. As primeiras reuniões de “consulta pública” do programa ocorreram apenas em março de 2013. Durante estas reuniões, os representantes do programa utilizavam apresentações com termos como “agricultura sustentável”, “parcerias”, ou “desenvolvimento rural”, sem de fato apresentar informações específicas sobre o programa ou divulgar o plano diretor. Com isso, o documento foi disseminado sem acordo oficial, seguido pela manchete: “o vazamento do plano diretor do ProSavana confirma os piores medos [da sociedade civil]” (GRAIN and Justiça Ambiental 2013).

Este contexto de falta de transparência e desconfiança contribuiu para a difusão de uma série de ideias alarmistas. A sociedade civil japonesa também foi estimulada a integrar os esforços de mobilização por meio da plataforma transnacional Via Campesina. Do lado moçambicano, além da Unac, uma série de organizações em Maputo e nas províncias de implementação do programa foram envolvidas. Organizações como a Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (Adecru), a Associação de Ajuda Mútua (Oram), a Justiça Ambiental (JÁ!) e a Plataforma da Sociedade Civil de Nampula (PPOSC-N) contribuíram diretamente para os passos iniciais da mobilização. Entrevistas com representantes destas instituições mostraram que a sociedade civil moçambicana raramente experimentou este nível de mobilização, equivalente apenas à “Campanha Terra” no final dos anos 1990 .

Representantes da Unac e de outras organizações moçambicanas participaram de “visitas técnicas” ao Brasil em 2012, com apoio de organizações historicamente envolvidas em movimentos sociais contrários ao “modelo do cerrado”, como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase). Consolidaram-se, ainda, esforços de coordenação com outras organizações brasileiras da luta camponesa e trabalhadora rural. O Movimento dos Pequenos Camponeses (MPA), a Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (Contag), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs), o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), bem como outras organizações aderiram fortemente ao movimento, e passaram a advogar pela criação de um espaço de diálogo com o governo brasileiro sobre temas relacionados à sua política de cooperação internacional.

Os contínuos fluxos de recursos financeiros de ONGs internacionais como Oxfam, Action Aid e outras garantiram a continuidade do processo de socialização entre os atores da rede: troca de informações ; produção de vídeos ; publicação de relatórios de acompanhamento ; reuniões entre as organizações moçambicanas e internacionais ; cartas abertas dirigidas aos chefes de Estado . Vale notar que este movimento foi acompanhado por iniciativas práticas de trocas de experiências camponesas, como a construção de bancos de sementes crioulas, porém esta forma de atuação manteve-se limitada, sendo que a maior parte dos recursos foi alocada às ações de advocacia propriamente dita.

Diante do processo de mobilização contrária ao ProSavana, as elites políticas de Moçambique, bem como atores privados, passaram a desacreditar os argumentos das organizações sociais, afirmando que estas não seriam representativas da população rural do país . Em uma série de ocasiões, os críticos foram taxados de oponentes do desenvolvimento, como ilustrado nas palavras do Diretor Provincial do Niassa durante uma reunião aberta:

“As pressões externas [contrárias ao ProSavana] querem que o Niassa continue na pobreza. Isto não é o que queremos. Queremos produzir comida e temos terra para isto. Temos que acordar (...). Temos que prestar atenção às pressões de fora que querem bloquear nosso desenvolvimento” .

Este tipo de discurso foi contestado por atores da sociedade civil:

“Achamos que o governo tem dificuldade de criticar as empresas privadas. Quando nós mostramos um problema, eles [o governo central] nos criticam por agir contra o desenvolvimento do país. (...) As empresas internacionais são próximas do governo porque sabem que têm portas abertas. Só quando tem greves ou problemas com as comunidades que eles nos procuram”.

Estas organizações buscaram influenciar mudanças no comportamento dos governos moçambicano e brasileiro por meio de ações de confrontação direta e de campanhas midiáticas (Milhorance and Bursztyn 2017). A mobilização atingiu seu auge em 2013 e 2014, tendo alcançado algumas de suas demandas, como: i) maior transparência nas informações sobre as iniciativas; ii) supressão dos objetivos de deslocamento de populações do plano diretor; iii) formulação de atividades de assistência técnica voltada para os camponeses; etc. As pressões sociais contrárias ao programa também contribuíram para enfraquecer o projeto de formulação de um mecanismo de financiamento privado, o Fundo Nacala, que não logrou atrair os recursos necessários para a atração de investimentos (Fase 2014). Ademais, o movimento levou uma série de investidores interessados em operar no setor agrícola moçambicano a reconsiderar seus investimentos.

No entanto, tais mudanças não foram consideradas suficientes por um número de atores da sociedade civil, cujo objetivo era transformar completamente o programa (Mosca 2014). Em uma carta aberta aos chefes de Estado, estas organizações buscavam “a suspensão imediata de todas as ações e projetos em curso”, solicitando que “todos os recursos humanos, materiais e financeiros alocados ao ProSavana [fossem] realocados na definição de um Plano Nacional de Apoio a Agricultura Familiar sustentável”. Tal posicionamento levou em seguida ao lançamento, pela Unac, da Campanha “Não ao ProSavana”, em junho de 2014, cujo objetivo era bloquear qualquer ação relacionada ao programa.

Este constituiu um ponto de inflexão no processo de mobilização, uma vez que resultou em divergências internas ao movimento. Enquanto a maior parte das organizações envolvidas era contrária ao apoio internacional ao desenvolvimento de mega-projetos promotores de um modelo extrativo de desenvolvimento, havia divergências quanto à rejeição total do programa. Algumas associações e ONGs baseadas nas províncias de Nampula e Niassa mostraram-se interessadas em participar da implementação do programa, desenvolvendo iniciativas de fortalecimento das capacidades dos camponeses diante dos investimentos estrangeiros.

Além disso, a oposição aos projetos brasileiros não se estendeu de forma equivalente a outras iniciativas semelhantes de desenvolvimento do agronegócio e financiadas por outros doadores internacionais (que por sua vez financiavam grande parte das organizações da sociedade civil moçambicana), o que contribuiu para desacreditar o movimento. A percepção de alguns atores internacionais sobre a natureza especulativa das denúncias de apropriação de terras pelo ProSavana também levou a um progressivo declínio das fontes de apoio político e financeiro. Vale ainda notar que o governo do Japão, apesar de parte importante no projeto e principal financiador, foi menos atingido pelas campanhas de oposição.

Em resumo, o movimento se consolidou a partir da socialização de perspectivas comuns sobre os riscos de internacionalização do agronegócio brasileiro, cujo material simbólico se referia às trajetórias históricas dos movimentos agrários daquele país. No entanto, após uma fase inicial de mobilização, o movimento foi gradualmente fragmentado, enquanto a coalizão de atores governamentais e promotores privados dessas iniciativas permaneceu relativamente coesa. Segundo Tarrow (2005), a continuidade das ondas de mobilização social depende da densidade das redes e das estruturas efetivas de interação orientadas para a ação. Simeant et al. (2015) argumentaram que a literatura sobre redes de ativistas transnacionais (Keck and Sikkink 1998) constitui mais uma sociologia idealista descolada da prática local: no continente africano, por exemplo, a profissionalização dos ativistas é muito forte, dada a importância da indústria de ajuda financiada pelos doadores dos países do Norte.

Borras (2010) baseia-se na mesma ideia, argumentando que, a despeito do processo de transnacionalização vivenciado pelos movimentos agrários, as populações “ligadas à terra” são socialmente distintas, tendo assim experiências distintas da globalização do capitalismo agrário. Nesse sentido, a dinâmica interna dessa coalizão – o que o autor definiu como a política de mobilização – tem um impacto considerável em seus resultados. Os principais fatores de divergência foram os objetivos da mobilização, as formas privilegiadas de ação e a coesão dos receptores da mensagem (o governo) (Milhorance e Bursztyn, 2017). Pode-se dizer que esta coalizão manteve-se conectada a seus contextos originais, ou seja, as lutas agrárias do Brasil e as ONGs ocidentais em Moçambique. Com isso, o nível de fragmentação foi ainda maior quando analisados os processos de mobilização nas províncias e territórios que seriam efetivamente impactados pelo programa, como será detalhado na seção seguinte.

Ativismo transnacional e os desafios da territorialização

Como discutido na seção anterior, ativistas permanecem conectados a seus espaços e contextos sociais, apesar de sua ação transnacional. Dietze e Naumann (2018) buscam explorar as complexas espacializações da ação transnacional, argumentando que tais ativistas transgridem os espaços, sem se desconectarem totalmente destes. Como resultado, suas ideias, práticas, instituições e redes permaneceram inseridas em seus antigos contextos, enquanto ancoram-se em novos, criando conexões entre diferentes constelações espaciais. Neste processo de territorialização, tais atores desempenham um papel ativo nas formas de transformação, apropriação, tradução e adaptação, que serão abordadas nesta seção.

Na geografia crítica, o território é entendido como campo político em disputa e a territorialidade traduz a existência de uma ampla gama de práticas de apropriação material e imaterial do espaço (Haesbaert 2004). De maneira geral, fronteiras extrativistas são locais de novas formas de regulação e resistência e de surgimento de novas ordens legais e sociais construídas a partir de diferentes processos de territorialização (Rasmussen and Lund 2018). O risco da emergência de conflitos por terra representou a maior fonte mobilizadora contra o ProSavana, que foi entendido por uma série de atores como uma iniciativa promotora de uma nova fronteira extrativista.

A terra constitui a principal fonte de renda da maior parte da população moçambicana. E, num contexto de prioridade política dada à consolidação de mega-projetos intensivos em terra e sem mecanismos sólidos de resolução de conflitos, tais receios tornavam-se ainda mais importantes. Em Moçambique, a “posse” estatal

da terra não evitou uma série de processos não participativos de concessão, relações clientelistas e transferências de terra por valores inferiores aos custos de oportunidade. Além disso, a assimetria de informações, bem como as relações próximas entre empresas, governos locais e autoridades tradicionais fragilizaram a maior parte dos processos de consulta comunitária e compensações (Mosca 2010). Neste sentido, a coordenação entre os atores locais e os recursos característicos de um processo de construção territorial (Lamara 2009) orientaram o processo de territorialização aqui analisado.

Apesar de fatores muitas vezes comuns ao território moçambicano como um todo no que se refere à materialização dos investimentos estrangeiros, e apesar da tentativa de coordenação transnacional entre atores brasileiros e moçambicanos em diferentes níveis, a dinâmica de mobilização foi bastante distinta entre os diferentes territórios afetados pelo ProSavana. Pesquisas de campo no corredor de Nacala entre 2013 e 2015 mostraram que os investimentos relacionados ao ProSavana encontravam grandes dificuldades em se concretizar. Os projetos de impacto rápido - definidos no plano diretor - com o objetivo de estabelecer iniciativas preparatórias aos investimentos estavam em fase de implementação. Projetos denominados “Oruwerá”, “Ikuru” e “Matharia” foram visitados em 2014 e muitas dificuldades operacionais foram reportadas por seus gestores e pelos próprios produtores beneficiados, incluindo a dificuldade de obtenção de crédito no âmbito do programa. Além disso, o componente de extensão rural também estava em fase de implementação. Porém problemas operacionais da própria Embrapa e dificuldades de articulação entre a Embrapa e a Jica, responsáveis pelo componente, fragilizaram os resultados.

Neste estágio, uma série de ONGs baseadas na província de Nampula criticava a maneira como o ProSavana havia sido formulado: falta de transparência e participação social, não inclusão das organizações locais em sua implementação, e inexistência de um mecanismo de resolução conflitos e de fortalecimento das capacidades das comunidades rurais. Com isso, muitas organizações mostraram interesse em participar do programa, implementando iniciativas de assistência técnica e legal às comunidades rurais. Esta posição contrastava radicalmente com a da maioria das ONGs baseadas em Maputo, que estavam decididas a bloquear qualquer atividade do programa, promotor de um modelo de desenvolvimento rural e agrícola contrário às suas ideias. As posições das ONGs de Nampula também contrastavam com as das organizações da província do Niassa, que apoiavam em grande medida os investimentos estrangeiros.

Tais divergências políticas podem ser atribuídas aos distintos processos sócio-históricos de cada região e suas condições econômicas. Em Maputo encontravam-se as organizações com maior atuação internacional, com maiores equipes e muitas vezes

focadas em ações de advocacia propriamente dita. A Unac, por exemplo, atuava em plataformas internacionais como a Via Campesina e em plataformas regionais como o “Diálogo dos Povos”. Em Nampula, uma série de agências internacionais elegeu a província como foco das ações de promoção da “boa governança” a partir do período pós-guerra civil (encerrada em 1992) e de liberalização econômica. Este processo contribuiu para institucionalizar uma dinâmica de participação das ONGs no planejamento das políticas locais. No Niassa, diferentemente, as primeiras instituições consultivas foram criadas apenas em 2010, com a implementação dos Fundos de Desenvolvimento dos Distritos (Programa “7 milhões”).

Em Nampula, a Plataforma da Sociedade Civil, fundada por doadores internacionais, contribuiu para fortalecer a coordenação das organizações sociais e sua capacidade de diálogo com as autoridades públicas. De acordo com seus representantes, a Plataforma alocou, entre 2013 e 2014, a maior parte dos seus recursos humanos nas campanhas de protesto e acompanhamento do ProSavana. Não havia, no entanto, um espaço semelhante no Niassa. Vale, entretanto, notar que mesmo em Nampula os membros das ONGs não mostraram oposição total ao programa, como ilustrado pela entrevista abaixo:

“Tem duas posições na sociedade civil moçambicana: um grupo que disse ‘sim’ ao ProSavana, mas que alertou para os potenciais riscos; e um outro grupo, mais radical que disse ‘não’. Em Nampula, nós acreditamos que pode haver ajustes [dos interesses]. (...) Aqui, até a união provincial de camponeses está mais de acordo com esta visão. (...) Na nossa opinião, este debate decorre da falta de transparência do modelo. O que nós queremos é garantir que os direitos das comunidades sejam garantidos”.

Tal posição alinhava-se com o interesse de muitas destas organizações em prestar serviços durante a implementação do programa. Este tipo de colaboração já era considerada comum em outros projetos de investimento localizados em Nampula. De fato, algumas destas organizações, como a Oram, o Instituto de Terras Comunitárias, o Fórum Terra, a Olipa e a União provincial de camponeses se especializaram nas atividades de capacitação das comunidades locais e na garantia dos seus direitos fundiários. Também era possível observar clivagens entre organizações baseadas nas cidades e no meio rural, como ilustrado por um representante no distrito de Ribáuè (Junho 2014):

“Na minha opinião, os intelectuais das cidades percebem esta questão de forma diferente. Eles dizem aos agricultores que o programa [ProSavana] está empurrando os agricultores das suas terras, e [estes] acabam acreditando neles. Mas na minha opinião este programa também fortalece a necessidade de aumentar a produtividade. Já vemos alguns resultados”.

No Niassa, as associações de produtores e as ONGs não se posicionaram de forma contrária ao ProSavana. Esta diferença em relação às ONGs de Nampula, e sobretudo de Maputo, podia ser atribuída à opção por estratégias mais pragmáticas em uma região cujos desafios de comercialização dos produtos agrícolas eram ainda maiores. A cooperação sueca era a principal fonte de recursos para as organizações sociais e de produtores (por meio da ONG We Effect) e de atores privados (por meio da Fundação Malonda). No entanto, o nível de apoio às organizações da sociedade civil e sua capacidade de mobilização eram fracos. Tais particularidades foram confirmadas por um representante de ONG no Niassa: “Tem uma diferença entre a mobilização em Nampula e aqui. Em Nampula eles têm um fórum que lida com o ProSavana. No Niassa não estamos organizados especificamente em torno do programa. Percebo que aqui falta informação e coordenação.”

Mesmo no que se referem às uniões camponesas, suas evoluções foram diferentes em cada região. Como reivindicado por um de seus membros no Niassa, enquanto a Unac foi criada no final dos anos 1980, suas representações provinciais levaram mais tempo para serem formadas. Por exemplo, em Tete a união provincial foi estabelecida em 2003, mantendo contato muito próximo aos governos locais. Em Nampula, a união provincial foi criada apenas em 2013 e, no Niassa, sua criação ocorreu em 2008 por um processo considerado mais endógeno e bottom-up. Com mais de 20 mil membros, as funções da união provincial de camponeses do Niassa estiveram mais relacionadas à provisão de serviços e ao fortalecimento das associações de produtores, com o objetivo de enfrentar os desafios causados pelo grande isolamento dos mercados nacionais e internacionais e a fragilidade das infraestruturas logísticas. Como resultado, os esforços de advocacia e mobilização política permaneceram marginais em comparação com as questões de comercialização, que constituíam a verdadeira prioridade. Portanto, as organizações sociais nesta região assumiram uma posição mais pragmática também em relação ao ProSavana:

“Nosso objetivo não é bloquear o ProSavana. Nós queremos ver a região crescer e temos que trazer alternativas. Mas a maneira que foi feita no Brasil não é a ideal (...). A questão da comercialização é um grande problema aqui (...). Precisamos atrair investimentos; os riscos podem ser mitigados e este é o papel da sociedade civil. Os investimentos devem ser permitidos, mas de maneira negociada.”

Diante disso, organizações como a união provincial de camponeses do Niassa (UPCN) e de Lichinga (UCA) começaram a participar de reuniões privadas com os oficiais do ProSavana afim de apresentar suas condições para aceitação do programa. Seus representantes explicavam estas reuniões: “nós mudamos de estratégia: não é apenas fazendo barulho que conseguimos espantar os pássaros”. Duas associações pertencentes à UCA foram então selecionadas para integrar o

componente de extensão rural do ProSavana (ProSavana-PEM). Além disso, estas organizações não mostravam dificuldade em aceitar os discursos das autoridades locais em prol do ProSavana durante as reuniões de consulta: “Ouviram o Diretor Provincial: nós temos que prestar atenção às pressões externas que são contrárias ao programa”.

Já na Zambézia, terceira província considerada pelo ProSavana no corredor de Nacala, não se pode falar em coordenação em plataformas da sociedade civil ou processos formais de consulta, como no caso do Niassa e de Nampula. Apenas a região norte da província foi incluída no plano diretor; no entanto, tratava-se da região onde se concentravam a maioria dos investimentos mais antigos. Como descrito na primeira seção, a região de Gúrùe havia recebido uma série de projetos de desenvolvimento do setor agrícola e passava por uma transformação na consolidação de complexos verticalizados de produção de soja atrelada a uma nascente indústria avícola.

Esta região foi ainda palco de disputas diretas relacionadas ao ProSavana, por conta da instalação, em 2012, do consórcio Agromoz, que incluía a empresa brasileira Pinesso, o grupo português Américo Amorim e a empresa moçambicana Intelec Holdings (cujo acionista principal era o presidente Armando Guebuza). O consórcio mostrou interesse na produção de soja, que expandia nesta região. Este se tornou alvo das campanhas contrárias ao ProSavana pois constituía um dos únicos projetos de investimento identificados com o agronegócio brasileiro por meio da empresa Pinesso. Nesta região havia maior divisão entre as associações de produtores. Algumas se mostravam reticentes à possibilidade de bloqueio do programa, enquanto outras, como o Fórum Iapaca, estavam diretamente articuladas à Unac e à união provincial de Nampula:

“A união provincial de camponeses de Nampula é recém-criada. Foi por eles que descobrimos o ProSavana. Fazem advocacia nos conflitos de terra. Três pessoas do fórum já se formaram em advocacia. O que ouvimos falar do ProSavana é que ele vem para Moçambique para aplicar a agricultura de grande escala. Nós assistimos o filme [ProSavana e FACE OCULTA Do Prodecer]. Recebem direito de uso da terra por 50 anos. (...) Soubemos que a empresa Agromoz desalojou irmãos. E ano passado brancos brasileiros e japoneses da [empresa] Mitori queriam 27 mil ha para produção de algodão, mas nós não aceitamos. (...) O governo queria forçar. Vinham os do Partido [Frelimo]. Diziam que tínhamos que aceitar senão não estaríamos deixando o país se desenvolver. Mas a indenização vai acabar. Nós nunca gerimos dinheiro na vida. Não somos comerciantes”.

As divergências regionais foram se acentuando até que, em 2016, a fratura na coalizão da sociedade civil tornou-se ainda mais profunda após a criação de um

mecanismo de diálogo entre os representantes do ProSavana e organizações da sociedade civil. Enquanto para organizações como a plataforma da sociedade civil em Nampula esta era uma forma de aprofundar e ajustar o diálogo (Coordination Mechanism of Civil Society 2016), para a Unac e a Adecru, em Maputo, tratava-se de um processo de cooptação, associado a um papel “ambíguo” de ONGs internacionais como WWF que assumiram a facilitação do processo (Adecru 2016a, 2016b, Unac 2016a, 2016b).

Como resultado das mobilizações, já em 2014 os investimentos estrangeiros destinados ao corredor de Nacala passaram a ser parcialmente transferidos para o Niassa e para o corredor mais ao norte, de Pemba-Lichinga. O diretor provincial do Niassa confirmou esta informação: “Nosso objetivo para o corredor Pemba-Lichinga é o mesmo que para o corredor de Nacala, por meio do ProSavana”. Neste as condições agrícolas eram igualmente favoráveis e as perspectivas de investimentos japoneses em infraestruturas (por meio do Projeto das Estratégias de Desenvolvimento Econômico do Corredor de Nacala – PEDEC-Nacala) eram consideradas fatores positivos para os investidores. Segundo autores, o PEDEC poderia ser visto como uma versão reformulada do ProSavana com menor visibilidade (Shankland and Gonçalves 2016).

Em suma, as campanhas da sociedade civil nos territórios do corredor de Nacala enfrentaram importantes desafios, mostrando grande compromisso com os movimentos transnacionais contrários à generalização do capitalismo agrário, porém pouca contextualização em suas estratégias. As respostas das associações de produtores e ONGs baseadas no corredor foram influenciadas principalmente por suas próprias dinâmicas de organização social e condições materiais. Os processos socio-históricos de organização e participação da sociedade civil diferiam fortemente entre as províncias analisadas, o que levou a distintos processos de coordenação e mobilização na recepção do programa e das próprias campanhas de resistência aos investimentos. Além destes, fatores como as distintas formas de articulação entre os ativistas transnacionais (incluindo organizações brasileiras e moçambicanas baseadas principalmente em Maputo) e os atores locais em cada província também tiveram sua contribuição. Por exemplo, a fraca presença de representantes da Unac e de ONGs no Niassa influenciou um posicionamento mais pragmático em relação à implementação do ProSavana. Este também foi de certa forma orientado pela realidade material da província, distante dos principais centros de comercialização nacional e internacional, apesar de seu grande potencial agrícola.

Conclusão

Os instrumentos promovidos pelo ProSavana não eram novos no cenário político moçambicano. Ideias de modernização agrícola, promoção de investimentos estrangeiros, produção por contrato, estruturação de complexos agroindustriais acompanhados por infraestrutura logística foram objeto da maioria das políticas públicas do país durante a última década, bem como de recomendações de muitos doadores internacionais. Entretanto, este modelo recebeu grande crítica de atores não-governamentais quando associado à experiência brasileira de desenvolvimento da região do cerrado. A contestação beneficiou de recursos simbólicos e financeiros, bem como de apoio político e técnico de ONGs e movimentos sociais brasileiros e internacionais, também críticos deste modelo.

O esforço de mobilização ganhou grande visibilidade e atingiu alguns de seus objetivos num primeiro momento; porém ele foi ao colapso num segundo momento. Como mostrado neste artigo, grande parte da oposição ao ProSavana foi formulada com base nos impactos conhecidos do Prodecer e da expansão do agrogêncio no cerrado brasileiro; e não nos reais impactos do ProSavana ou nos efeitos conhecidos dos investimentos estrangeiros na agricultura em Moçambique. Com isso, as narrativas de protesto referiam-se às disputas históricas por recursos públicos e por terras vividas pelas populações rurais da região central do Brasil. Elas também se baseavam nas ideias compartilhadas em plataformas transnacionais críticas do capitalismo agrário e do processo internacional recente de aumento da apropriação de terras por investidores estrangeiros, como a Via Campesina. Havia pouca contextualização e insuficiente debate de fundo com os atores, as associações de produtores e ONGs das regiões efetivamente impactadas pelo programa.

O ProSavana, como mostrado anteriormente, integrava uma dinâmica em curso de aumento dos investimentos agrícolas em Moçambique e no próprio continente africano. E muitos dos movimentos camponeses e ONGs presentes nas zonas rurais do país haviam contado com apoio de ONGs e agências internacionais para sua consolidação. Além disso, eles haviam se fortalecido em muitos casos por meio de iniciativas de apoio aos agricultores, o que incluía apoio à produção e à comercialização e apoio à recepção de investimentos estrangeiros. Apesar do alto nível de articulação em ações de advocacia e de apoio direto em Nampula, suas organizações mostraram-se críticas à natureza opaca e pouco transparente do ProSavana; porém não se posicionaram de maneira contrária à sua implementação. No Niassa, as associações de produtores mostraram-se mais preocupadas com a atração de investimentos e de meios de comercialização dos seus produtos, dados os desafios vivenciados pelos agricultores dessa região. Já na Zambézia, onde não havia um fórum de articulação da sociedade

civil ou das associações de produtores, os posicionamentos das associações variavam de acordo com o nível de interação de cada uma delas com ONGs e movimentos sociais mais articulados à campanha transnacional, como a Unac.

O desacordo sobre a natureza da luta e das estratégias de ação levou à fragmentação da coalizão oposta aos investimentos do ProSavana, enquanto a coalizão de atores público-privados moçambicanos e brasileiros promotores do programa permaneceu densa e coordenada. Além disso, as divergências entre as organizações localizadas em Maputo e ao longo do corredor de Nacala – baseadas em distintos processos socio-históricos, dinâmicas de organização política e recursos territoriais – também contribuíram para o enfraquecimento do processo. De fato, como discutido ao longo do texto, os ativistas transnacionais permanecem conectados a seus espaços e contextos sociais e desempenham um papel ativo nas formas de transformação, apropriação, tradução e adaptação dos processos de territorialização de projetos internacionais. Sua articulação com atores e o controle de recursos locais orienta de maneira distinta as práticas e direções destes processos.

Defende-se, portanto, uma sociologia materialista dos movimentos transnacionais para uma análise mais fina e contextualizada dos processos de mobilização. É importante ter-se em conta os argumentos de Borras, segundo o qual as populações rurais apresentam experiências distintas da globalização do capitalismo agrário, de organização sociopolítica e de condições materiais. Os debates formulados nas arenas transnacionais e nas capitais nacionais estão enraizados em suas trajetórias originais. A visão do “Sul” como espaço de contestação, cara a estes movimentos, requer igualmente atenção à diversidade do próprio Sul, dos mundos rurais e das formas de concertação de interesses, ao difundir suas estratégias de luta e contestação.

Bibliografia

- Adecru, 2016a. Denúncia de parceria entre a WWF e o ProSavana. Acção académica para o desenvolvimento das comunidades rurais.
- Adecru, 2016b. Depois de desperdiçados mais de 560 milhões de Ienes para Elaboração do Plano Director do ProSavana, os governos optam pela cooptação da Sociedade Civil. Acção académica para o desenvolvimento das comunidades rurais.
- Anseeuw, W., Boche, M., Breu, T., Markus, G., Lay, J., Messerli, P., y Nolte, K., 2012. Transnational ly deals for agriculture in Global South: analytical report based on the Ly Matrix Database. Bern/Montpellier/Hamburg: CDE/CIRAD/GIGA.

- Bias, C., 2012. ProSavana: uma oportunidade para o desenvolvimento de agronegócios no Corredor de Nacala.
- Boche, M., 2015. Contrôle du foncier, agricultures d'entreprise et restructurations agraires: une perspective critique des investissements fonciers à gryn échelle: Le cas de la partie centrale du Mozambique. Doctorat. Université Paris XI Sud, Paris.
- Boche, M. y Anseuw, W., 2013. Unraveling 'ly grabbing': different models of large-scale ly acquisition in Southern Africa. The Hague: The Ly Deal Politics Initiative (LDPI), LDPI Working Paper No. 46.
- Canal Terraviva entrevista Cleber Guarany, 2013. Web. São Paulo: Grupo Byeirantes.
- Castel-Branco, C., 2010. Economia extrativa e desafios de industrialização em Moçambique. Maputo: IESE.
- CCIJB, 2011. Seminário internacional debateu sobre investimentos no agronegócio em Moçambique [online]. Câmara de Comércio e Indústria Japonesa do Brasil. Available from: <http://pt.camaradojapao.org.br/camara/noticias-da-camara/?materia=13884> [Accessed 28 Jan 2014].
- Clements, E.A., Fernyes, B.M., em Geografia, P. de P.-G., y de Presidente Prudente, U.C., 2012. Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e Moçambique. Programa de Pós-Graduação em Geografia–Universidade Estadual Paulista-UNESP.
- Coordination Mechanism of Civil Society, 2016. Acta da reunião de formalização do mecanismo de coordenação da sociedade civil para o desenvolvimento do corredor de Nacala [online]. Available from: <https://adecru.files.wordpress.com/2016/02/acta-do-dia-18-19.pdf> [Accessed 5 Apr 2016].
- Dietze, A. y Naumann, K., 2018. Revisiting transnational actors from a spatial perspective. *European Review of History: Revue européenne d'histoire*, 25 (3–4), 415–430.
- Durán, J. y Chichava, S., 2013. O Brasil na agricultura moçambicana: parceiro de desenvolvimento ou usurpador de terra? In: *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos.
- Ekman, S.-M.S. y Macamo, C., 2014. Brazilian Development Cooperation in Agriculture. Bogor, Indonesia: Center for International Forestry Research, Working Paper No. 138.
- FAO, 2012. *The State of Food Insecurity in the World 2012*.
- Fase, 2014. *Fundo Nacala: estrutura original e desdobramentos*. Rio de Janeiro: FASE - Solidariedade e Educação.
- Ferryo, T., 2013. *Dr. Brasília y Mr. Nacala: The Apparent Duality Behind the Brazilian State-Capital Nexus*. Rochester, New York: Social Science Research Network, SSRN Scholarly Paper No. ID 2288940.

- FGV Projetos, 2014. Nacala Corridor Fund. São Paulo: FGV Projetos, Information Memoryum.
- Folha de São Paulo, 2011. Moçambique oferece terra à soja brasileira. Folha de São Paulo, 14 Aug.
- Funada-Classen, S., 2013. Analysis of the Discourse y Background of the ProSAVANA Programme in Mozambique – focusing on Japan’s role. Tokyo: Tokyo University, Working Paper.
- Funada-Classen, S., 2013. Fukushima, ProSAVANA y Ruth First: Examining Natalia Fingermann’s “Myths behind ProSAVANA”. Maputo: Observatorio do Meio Rural de Moçambique, Working Paper No. 12.
- Garcia, A.S., Kato, K., y Fontes, C., 2013. A historia contada pela caça ou pelo caçador? perspectivas sobre o Brasil em Angola e Moçambique. Rio de Janeiro: Instituto Politicas Alternativas para o Cone Sul (PACS).
- GRAIN y Justiça Ambiental, 2013. Leaked ProSAVANA Master Plan confirms worst fears [online]. GRAIN. Available from: <http://www.grain.org/fr/article/entries/4703-leaked-prosavana-master-plan-confirms-worst-fears> [Accessed 14 Feb 2014].
- GRAIN, UNAC, y Via Campesina Africa, 2012. Brazilian megaproject in Mozambique set to displace millions of peasants [online]. GRAIN. Available from: <http://www.grain.org/article/entries/4626-brazilian-megaproject-in-mozambique-set-to-displace-millions-of-peasants> [Accessed 6 May 2014].
- Haesbaert, R., 2004. O mito da desterritorialização: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertry Brasil.
- Hanlon, J. y Smart, T., 2012. Soya boom in Gúruè has produced few bigger farmers – so far. Maputo, Moçambique: The Open University.
- Hirst, M., 2010. As relações Brasil-África em ritmo de cooperação Sul-Sul. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI.
- Kaarhus, R., 2011. Agricultural growth corridors equals ly-grabbing? Models, roles y accountabilities in a Mozambican case. In: International conference on global ly grabbing, LDPI. Sussex.
- Keck, M.E. y Sikkink, K., 1998. Activists beyond borders: advocacy networks in international politics. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press.
- Lamara, H., 2009. Les deux piliers de la construction territoriale: coordination des acteurs et ressources territoriales. Développement durable et territoires.
- Milhorance, C., 2014. Brazil’s Cooperation with Sub-Saharan Africa in the Rural Sector The International Circulation of Instruments of Public Policy. Latin American Perspectives, 41 (5), 75-93.
- Milhorance, C. y Bursztyn, M., 2017. South-South Civil Society Partnerships: Renewed Ties of Political Contention y Policy Building. Development Policy Review.

- Mosca, J., 2010. Políticas Agrarias de (em) Moçambique (1975-2009). 1a. Lisboa: Maputo: Escolar.
- Mosca, J., 2014. ProSAVANA. Maputo: Observatorio do Meio Rural de Moçambique, Internation Year of Family Farming - FAO/ONU.
- Nishimori e o ProSavana, 2012. Brasília: Palavra Aberta.
- Nogueira, I. y Ollinaho, O., 2013. From Rhetoric to Practice in South-South Development Cooperation: A case study of Brazilian interventions in the Nacala corridor development program. Geneve: Institute of Socioeconomics/University of Geneva, Working Paper.
- Pierri, F.M., 2013. How Brazil's Agrarian Dynamics Shape Development Cooperation in Africa. *IDS Bulletin*, 44 (4), 69–79.
- Rasmussen, M.B. y Lund, C., 2018. Reconfiguring Frontier Spaces: The territorialization of resource control. *World Development*, 101, 388–399.
- Schlesinger, S., 2013. Cooperação e investimentos do Brasil na África: o caso do ProSavana. 1a ed. Maputo: FASE.
- Shankly, A. y Gonçalves, E., 2016a. Imagining Agricultural Development in South–South Cooperation: The Contestation y Transformation of ProSAVANA. *China y Brazil in African Agriculture*, 81, 35–46.
- Shankly, A. y Gonçalves, E., 2016b. Imagining Agricultural Development in South–South Cooperation: The Contestation y Transformation of ProSAVANA. *World Development*, 81, 35–46.
- Siméant, J., Pommerolle, M.-E., y Sommier, I., eds., 2015. Observing Protest from a Place: The World Social Forum in Dakar (2011). Amsterdam: Amsterdam University Press.
- Smart, T. y Hanlon, J., 2014. Chickens y beer: A recipe for agricultural growth in Mozambique. Maputo: Ciedima.
- Tarrow, S.G., 2005. The new transnational activism. New York: Cambridge University Press.
- Unac, 2012. Moçambique: Pronunciamento da Unac sobre o Programa ProSavana [online]. *Farmlygrab.org*. Available from: <http://farmlygrab.org/post/view/21205> [Accessed 1 Nov 2012].
- Unac, 2016a. Ativistas da Unac escapam de tentativa de espancamento protagonizada por um dos consultores da Jica durante a sessão de consulta às organizações sobre o ProSavana [online]. União Nacional de Camponeses. Available from: <http://www.unac.org.mz/> [Accessed 5 Apr 2016].
- Unac, 2016b. Comunicado de Imprensa [online]. União Nacional de Camponeses. Available from: <http://www.unac.org.mz/index.php/7-blog/140-comunicado-de-imprensa> [Accessed 5 Apr 2016].